



Revisação®

PAULO LÉPORE

DIREITO CONSTITUCIONAL

Mais de

2.600

QUESTÕES COMENTADAS

Alternativa por alternativa

6^a
edição

Revista
atualizada

2020

 **EDITORA**
Jus **PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

Capítulo XI – Funções Essenciais à Justiça

✦ QUESTÕES

► CF, arts.127 a 135

XI.1. MINISTÉRIO PÚBLICO

► CF, arts.127 a 130

* TÉCNICO DP

(FGV – Técnico Médio – DPE – RJ/2019) Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela.

Essa instituição é:

- a) o Ministério Público;
- b) a Defensoria Pública;
- c) a Procuradoria-Geral do Estado;
- d) a Polícia Judiciária;
- e) o Poder Judiciário.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a” (responde todas as alternativas):

Trata-se da atribuição do Ministério Público prevista no art. 129, I da CF/88.

Alternativa correta: letra “a”.

* DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

(Fundatec – Delegado de Polícia – PC – RS/2018) Em relação às funções essenciais à justiça e os desdobramentos relacionados a elas, assinale a alternativa correta.

- a) O fato que constitui objeto da representação oferecida pelo ofendido (ou, quando for o caso, por seu representante legal) não traduz limitação material ao poder persecutório do Ministério Público, que poderá, agindo ultra vires, proceder a uma devida ampliação objetiva da delatio criminis postulatória, para, desse modo, incluir, na denúncia, outros delitos cuja perseguibilidade, embora dependente de representação, não foi nesta requerida por aquele que a formulou.
- b) A CF dotou o Ministério Público do poder de requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial (CF, Art. 129, VIII), todavia, a norma constitucional não contemplou a possibilidade de o Parquet realizar e presidir inquérito policial. Noutro giro, segundo a jurisprudência da maior instância do poder judiciário, cabe aos membros do Parquet inquirir diretamente pessoas suspeitas de autoria de crime, dispensando a requisição da diligência nesse sentido à autoridade policial.
- c) É atribuição do Ministério Público estadual analisar inquérito por crime contra a ordem econômica e emitir a respeito opinião delicti, promovendo, ou não, ação penal, se não há violação a bens, interesses ou serviços da União.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Sendo assim, sua presença não pode ser dispensada em atos jurisdicionais, a exceção das causas de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
- e) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º desta Constituição Federal.

No entanto, o seu enfraquecimento se deu com a desconstitucionalização da autonomia funcional e administrativa.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Na realidade, esse fato traduz limitação material ao poder persecutório do Ministério Público, que não poderá, agindo ultra vires, proceder a uma indevida ampliação objetiva da delatio criminis postulatória, sendo nesse sentido o entendimento do STF manifestado no julgamento do HC 98.237.

Alternativa “b”: O Ministério Público, nos termos do inciso VIII do art. 129 da CF/88, tem por funções institucionais requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais. Ademais, a jurisprudência, a contrário do que aponta a alternativa, entende que não cabe aos seus membros inquirir diretamente pessoas suspeitas de autoria de crime, mas requisitar diligência nesse sentido à autoridade policial (STF, RHC 81.326).

Alternativa “c”: Nesse sentido foi o posicionamento adotado pelo STF, no julgamento da ACO 1058.

Alternativa “d”: Entende-se ser dispensável a presença de advogado em certos atos jurisdicionais (STF, ADI 1.127).

Alternativa “e”: Não houve desconstitucionalização de sua autonomia, mas sim foi essa afirmada no §2º do art. 134 da CF/88, incluído com a EC 80/2014.

Alternativa correta: letra “c”.

(Nupepe – Delegado de Polícia – PC – PI/2018) O Ministério Público está situado no capítulo das Funções Essenciais à Justiça na Constituição de 1988. Marque a alternativa que NÃO se encontra entre as vedações constitucionalmente designadas aos seus membros:

- exercer a advocacia;
- participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, sem qualquer exceção;
- exercer atividade político-partidária.

COMENTÁRIOS

Nota do autor: A questão busca a alternativa que não é uma vedação aos membros do Ministério Público. Atenção!

Alternativa “a”: Trata-se de vedação prevista no art. 128, §5º, II, “b” da CF/88.

Alternativa “b”: Essa vedação é prevista no art. 128, §5º, II, “c” da CF/88.

Alternativa “c”: A vedação em questão é encontrada no art. 128, §5º, II, “a” da CF/88.

Alternativa “d”: A vedação em questão, encontrada no art. 128, §5º, II, “d”, comporta uma exceção: o exercício de uma função pública de magistério.

Alternativa “e”: Trata-se de vedação prevista no art. 128, §5º, II, “e” da CF/88.

Alternativa correta: letra “d”.

* ANALISTA TJ

(FGV – Analista Jurídico – TJ - SC/2018) Determinado Estado da federação celebrou acordo de regime tributário especial com certo contribuinte, o qual acarretou a exponencial redução do crédito tributário inicialmente devido. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para anular o acordo com base no argumento de que seria ilegal.

À luz da sistemática constitucional, o Ministério Público:

- tem legitimidade para ajuizar a ação, devendo zelar pela aplicação da lei tributária, ainda que a favor do contribuinte;
- não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode substituir-se ao Estado na defesa do patrimônio público;
- não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois integra o Estado, ente que celebrou o acordo;
- não tem legitimidade para ajuizar a ação, pois não pode atuar em matéria tributária;
- tem legitimidade para ajuizar a ação visando à defesa do patrimônio público.

COMENTÁRIOS

Alternativa “e” (responde todas as alternativas): Nos termos do art. 129, III, da CF/88, promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos é uma das funções institucionais do Ministério Público. Especificamente quanto ao caso narrado, já entendeu o STF que tem o Ministério Público legitimidade para propor referida ação com o objetivo de anular termo de acordo firmado entre o Poder Público e contribuinte (RE 576155/DF).

Alternativa correta: letra “e”.

* ANALISTA MP

(Vunesp – Analista Jurídico – MPE – SP/2018) Conforme o disposto na Constituição Federal, se o Ministério Público, durante a execução orçamentária do exercício, pretender realizar despesas ou assumir obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias,

- a) não poderá fazê-lo, uma vez que essa conduta é expressamente vedada pelo texto constitucional.
- b) poderá fazê-lo, se consideradas urgentes, mas, oportunamente, deverá fazer a devida compensação com o corte no seu orçamento.
- c) poderá fazê-lo, desde que previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.
- d) poderá realizar despesas, desde que urgentes, mas não poderá assumir obrigações além dos limites já estabelecidos para o respectivo exercício.
- e) poderá fazê-lo, em caráter excepcional, mas terá que obter a aprovação do Poder Legislativo para a ratificação das despesas realizadas ou das obrigações assumidas.

COMENTÁRIOS

Alternativa “c”(responde todas as alternativas):

O art. 127 da CF/88, dispõe em seu parágrafo 6º que: “§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, **não poderá haver** a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, **exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.**”

Alternativa correta: letra “c”.

(Vunesp – Analista Jurídico – MPE – SP/2018) Hércules é Promotor de Justiça estadual e foi submetido a processo disciplinar pela Corregedoria da sua carreira, no qual foi absolvido. Nessa hipótese, considerando as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é correto afirmar que Hércules

- a) somente poderá ter revisto seu processo disciplinar se a decisão em âmbito estadual não foi unânime.
- b) não poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar pelo CNMP, que não tem competência na matéria disciplinar.
- c) poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar a qualquer tempo pelo CNMP, dependente, todavia, de provocação.
- d) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que julgado há menos de um ano.
- e) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que esgotadas as instâncias judiciais competentes.

COMENTÁRIOS

Alternativa “d”(responde todas as alternativas):

Nos termos do § 2º do art. 130-A da CF/88: “Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: [...] IV – rever, de ofício

ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;”. Assim, seu processo disciplinar poderá ser revisto, conforme indica a alternativa.

Alternativa correta: letra “d”.

* DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

(Cespe – Delegado de Polícia Federal – DPF/2018)

Acerca da disciplina constitucional da segurança pública, do Poder Judiciário, do MP e das atribuições da PF, julgue os seguintes itens.

Segundo o STF, o MP não possui legitimidade para propor ação civil pública em matéria tributária em defesa de contribuintes.

COMENTÁRIOS

Certo. Nesse sentido foi o entendimento proferido pelo STF no julgamento do RE 213.631, isso porque não seriam interesses difusos (considerados como difusos aqueles pertencentes concomitante a todos e a cada um dos membros da sociedade, como um bem não individualizável ou divisível), mas sim, seriam interesses de grupo ou classe de pessoas, que só poderiam impugnar a exigência tributária de forma individual ou coletiva por si próprios.

* TÉCNICO MP

(Cespe – Técnico do MPU – Administração/2018) A respeito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.

COMENTÁRIOS

A inamovibilidade consiste na vedação de ser o membro do MP retirado local onde exerce suas funções. No entanto, essa garantia pode ser relativizada em razão de interesse público, que depende de voto da maioria absoluta dos membros de órgão colegiado do Ministério Público, nos termos do §5º, b do art. 128 da CF/88. Assim, o erro do item está em dizer que o afastamento da garantia se dá mediante “decisão fundamentada do chefe da instituição”, quando, na realidade, se dá mediante decisão de maioria absoluta dos membros de órgão colegiado do Ministério Público, assegurada a ampla defesa.

Alternativa correta: “errado”.

* ANALISTA TRIBUNAL

(Cespe – Analista Judiciário – Área Judiciária – STM/2018) Com relação à organização dos poderes e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o membro do Ministério Público Militar que atuar na primeira instância jurisdicional será processado e julgado por tribunal regional federal quando da prática de crime comum, ressalvada a competência da justiça eleitoral.

COMENTÁRIOS

Inicialmente, é importante lembrar que o Ministério Público Militar integra o Ministério Público da União, conforme art. 128, I, “c” da CF/88. Assim, temos duas disposições: será competente o Superior Tribunal de Justiça para processá-los e julgá-los em caso de crime comum e de responsabilidade **caso oficiem perante os Tribunais** (art. 105, I, “a”); serão competentes os Tribunais Regionais Federais para processá-los e julgá-los em caso de crime comum e de responsabilidade nos demais casos, **ressalvada a competência da Justiça Eleitoral** (Art. 108, I, “a”). Como a assertiva não especifica que “oficiem perante os tribunais”, aplica-se o art. 108, I, “a”.

Alternativa correta: “certo”.

(Cespe – Analista Judiciário – Área Judiciária – STM/2018) Cabe ao Ministério Público Federal representar a União em caso de ação judicial proposta por servidor da justiça militar da União que cobre diferenças devidas em razão de erro no cálculo de sua remuneração.

COMENTÁRIOS

Na verdade, tal representação é atribuição da Advocacia Geral da União, nos termos do art. 131 da CF/88: “A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.”

Alternativa correta: “errado”.

(Cespe – Analista Judiciário – Área Judiciária – STJ/2018) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Segundo o Supremo Tribunal Federal, a legitimidade processual extraordinária e independente do Ministério Público comum se estende ao Ministério Público junto aos tribunais de contas, que também têm legitimidade ativa para propor demandas judiciais.

COMENTÁRIOS

O Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas da União é ramo independente do Ministério Público comum. De acordo com o entendimento do STF, a legitimidade processual extraordinária e independente do Ministério Público comum **não se estende** ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Esse Ministério Público especial atua no âmbito do controle externo somente. (Rcl 24156 AgR/DF, rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 24.10.2017).

Alternativa correta: “errado”.

* PROCURADOR FEDERAL

(Cespe – Procurador Federal/2013) Julgue os itens a seguir, que tratam da organização de instituições do Estado brasileiro e de seu funcionamento.

Os membros do Ministério Público da União não poderão exercer atividade político-partidária, salvo se prévia e expressamente licenciados para esse fim pelo Conselho Superior do Ministério Público.

COMENTÁRIOS

Consoante art. 128, § 5º, II, “e”, da CF, com redação dada pela EC 45/04, os membros do Ministério Público da União **não poderão** exercer atividade político-partidária.

Alternativa correta: “errado”.

(Cespe – Procurador Federal/2013) Nos termos da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns.

COMENTÁRIOS

Nos termos do art. 52, II, da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade, **apenas**. Nas **infrações penais comuns**, o Procurador-geral da República será julgado pelo **STF** (art. 102, I, “b”, da CF).

Alternativa correta: “errado”.

(Cespe – Procurador Federal/2013) Compete privativamente ao presidente da República declarar guerra em caso de agressão estrangeira e celebrar a paz, desde que, em ambos os casos, ocorra prévia autorização do Senado Federal.

COMENTÁRIOS

Compete privativamente ao presidente da República declarar guerra em caso de agressão estrangeira e celebrar a paz, desde que, em ambos os casos, ocorra

prévia autorização do **Congresso Nacional**, não do Senado Federal (art. 49, II, da CF).

Alternativa correta: “errado”.

(Cespe – Procurador Federal/2013) De acordo com a CF, os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e todas as decisões administrativas dos tribunais ocorrerão em sessões públicas.

COMENTÁRIOS

Trata-se do que dispõe o art. 93, incisos IX e X, da CF.

Alternativa correta: “certo”.

* DEFENSOR PÚBLICO ESTADUAL

(Cespe – Defensor Público – TO/2013) Considerando as disposições constitucionais e a jurisprudência, assinala a opção correta a respeito das funções essenciais à justiça.

- Não são devidos honorários advocatícios sucumbenciais em favor da DP, ainda que patrocine demanda ajuizada contra ente federativo diverso daquele a que pertença.
- O advogado é indispensável à administração da justiça, e o efetivo exercício da profissão demanda inscrição na OAB, razão pela qual a atuação em processo judicial sem a correspondente habilitação torna anuláveis os atos processuais praticados.
- De acordo com entendimento do STJ, o advogado dativo nomeado na hipótese de não existência de DP no local da prestação do serviço tem direito a honorários advocatícios, que não podem ser fixados pelo juiz em valores distintos dos fixados em tabela da OAB.
- Embora as DPs estaduais detenham autonomia funcional e administrativa, a CF confere à União a competência para organizar e manter a DP do DF.
- Segundo o STF, o MP do Trabalho não possui legitimidade para atuar, em sede processual, perante o STF, visto que essa competência é privativa do procurador-geral da República.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: segundo o entendimento jurisprudencial do STJ, **são devidos** honorários advocatícios sucumbenciais em favor da Defensoria Pública quando patrocina demanda ajuizada contra Ente Federativo diverso do qual ela pertence.

Alternativa “b”: o advogado é indispensável à administração da justiça (art. 133 da CF), e o efetivo exercício da profissão demanda inscrição na OAB (conforme art. 8º, IV, da Lei 8.906/94). Conforme entendimento do STF, “são **nulos de pleno direito** os atos processuais, que, privativos de advogado, venham a ser pratica-

dos por quem não dispõe de capacidade postulatória. Inaplicabilidade do art. 13 do CPC, quando o recurso já estiver em tramitação no STF. Precedentes. O direito de petição qualifica-se como prerrogativa de extração constitucional assegurada à generalidade das pessoas pela Carta Política (art. 5º, XXXIV, a). Traduz direito público subjetivo de índole essencialmente democrática. O direito de petição, contudo, não assegura, por si só, a possibilidade de o interessado – que não dispõe de capacidade postulatória – ingressar em juízo, para, independentemente de advogado, litigar em nome próprio ou como representante de terceiros. Precedentes.” (MI 772-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 24-10-2007, Plenário, DJE de 20-3-2009).

Alternativa “c”: de acordo com entendimento do STJ, relativo a situação envolvendo o Estado de Minas Gerais, o advogado dativo nomeado na hipótese de **impossibilidade da Defensoria Pública** no local da prestação do serviço, tem direito a honorários advocatícios, que não podem ser fixados pelo juiz em valores distintos dos fixados em tabela da OAB.

Alternativa “d”: depois da EC 69/12, a competência para organizar e manter a DP do DF passou a ser **do próprio DF**.

Alternativa “e”: segundo o STF, “**O Ministério Público do Trabalho – MPT não dispõe de legitimidade para atuar perante o Supremo Tribunal Federal**, porque a representação institucional do Ministério Público da União – MPU, nas causas instauradas nesta Corte, inclusive em tema de reclamação, está inserida na esfera de atribuições do Procurador-Geral da República, chefe do MPU (CF, art. 128, § 1º) e em cujo âmbito está estruturado o MPT. Com base nesse entendimento, o Tribunal, por maioria, não conheceu de agravo regimental interposto pelo MPT contra decisão que deferira pedido de medida liminar em reclamação proposta pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – lema do Espírito Santo. A reclamante sustenta que o Juízo da 10ª Vara do Trabalho de Vitória/ES – ao reconhecer, em sede de ação civil pública ajuizada pelo MPT, a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar referida ação, que veio a ser declarada procedente, em tema de contratações, sem concurso público, de pessoal temporário e de investidura, alegadamente inconstitucional, de servidores públicos em cargos comissionados – teria desrespeitado a eficácia vinculante que é inerente aos pronunciamentos do Supremo em sede de fiscalização normativa abstrata (ADI 3395/DF)”. Vencido o Min. Marco Aurélio que conhecia do recurso, admitindo o interesse de agir do MPT”. Rcl 5873 AgR/ES, rel. Min. Celso de Mello, 9.12.2009.

Alternativa correta: letra “e”.

(Vunesp – Defensor Público – MS/ 2012) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) receber e conhecer das reclamações contra membros ou

órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição. Nesse diapasão, cabe afirmar que o CNMP pode impor as seguintes penalidades a um membro do Ministério Público:

- a) remoção ou perda da função.
- b) disponibilidade ou exoneração.
- c) remoção ou aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- d) remoção ou demissão a bem do serviço público.

COMENTÁRIOS

Alternativa “c” (responde a todas as alternativas): nos termos do art. 130-A, § 2º, III, cabe ao CNMP receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, **determinar a remoção ou a disponibilidade** e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

Alternativa correta: letra “c”

* JUIZ FEDERAL

(TRF 1 - Juiz Federal Substituto 1ª região/2015) No que tange à AGU, ao MP e aos servidores públicos, assinale a opção correta.

- a) Tanto a União quanto os estados, o DF e os municípios estão obrigados a instituir regime jurídico único e planos de carreira para os ocupantes de cargos públicos da administração direta, mas não para os servidores da administração indireta.
- b) A AGU representa os interesses da União no âmbito judicial e na consultoria e assessoramento jurídico aos poderes da República.
- c) Dado o princípio da indivisibilidade, o MP é uma instituição una, podendo seus membros, que não se vinculam aos processos nos quais atuam, ser substituídos uns pelos outros de acordo com as normas legais.
- d) Constam expressamente na CF dispositivos normativos que investem o MP de poderes investigatórios criminais, sendo-lhe facultado promover a colheita de determinados elementos de prova que demonstrem a autoria e a materialidade de delitos.
- e) Os servidores públicos têm direito à irredutibilidade de salário e ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, mas não ao salário-família e ao fundo de garantia do tempo de serviço.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas (art. 39, CF). Ou seja, abrange os servidores da administração indireta.

Alternativa “b”: a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131, CF).

Alternativa “c”: são princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Quanto à noção de indivisibilidade ministerial, aduz Uadi Lammêgo Bulos que “O princípio constitucional da indivisibilidade é corolário da própria ideia de unicidade do Ministério Público; daí que o Parquet não pode ser subdividido internamente em várias outras instituições autônomas e desvinculadas entre si. Por isso, seus membros não se vinculam aos processos nos quais oficiam, podendo ser substituídos uns pelos outros, conforme o que dispuser a lei. O Ministério Público é uno e indivisível, mas apenas na medida em que os seus membros estão submetidos a uma mesma chefia. Essa unidade e indivisibilidade só dizem respeito a cada um dos órgãos Ministério Públicos que o sistema jurídico brasileiro consagrou” (*Curso de Direito Constitucional*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1406). Portanto, dado o princípio da indivisibilidade, o MP é uma instituição una, podendo seus membros, que não se vinculam aos processos nos quais atuam, ser substituídos uns pelos outros de acordo com as normas legais.

Alternativa “d”: não constam expressamente na CF dispositivos normativos que investem o MP de poderes investigatórios criminais. Todavia, entende-se tratar-se de poderes implícitos, com base na teoria dos poderes implícitos. Segundo aludida teoria, com berço no caso *Mc Culloch vs. Maryland* (EUA, 1819), se a Constituição confere determinada atividade-fim a algum órgão, ela também confere, implicitamente, os meios necessários para a realização dessa atividade. Desse modo, ao outorgar ao Ministério Público a titularidade da ação penal pública, também o conferiu, de forma implícita, a investigação. Nessa esteira, o STF, reconhecendo a repercussão geral da matéria, decidiu que “Questão constitucional com repercussão geral. Poderes de investigação do Ministério Público. Os artigos 5º, incisos LIV e LV, 129, incisos III e VIII, e 144, inciso IV, § 4º, da Constituição Federal, não tornam a investigação criminal exclusividade da polícia, nem afastam os poderes de investigação do Ministério Público. Fixada, em repercussão geral, tese assim sumulada: “O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob

investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição” (STF. RE 593727, julgada em 2015 e relatada pelo Ministro Gilmar Mendes).

Alternativa “e”: os servidores públicos têm direito à **irredutibilidade de salário** (art. 37, XV, CF), **bem como o salário-família**, mas não ao **piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho**. Na verdade, em relação ao último (piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho), dispõe o artigo 39, §1º, CF, que a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos. Já, segundo dispõe a CF, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, **IV** (salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim), **VII** (garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável), **VIII** (décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria), **IX** (remuneração do trabalho noturno superior à do diurno), **XII** (**salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei**), **XIII** (duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho), **XV** (repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos), **XVI** (remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal), **XVII** (gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal), **XVIII** (licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias), **XIX** (licença-paternidade, nos termos fixados em lei), **XX** (proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei), **XXII** (redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança) e **XXX** (proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil), podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

Alternativa correta: letra “c”

* JUIZ DE DIREITO

(FCC – Juiz de Direito – SC/2017) Ao disciplinar o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública, a Constituição Federal

- I. garante a todas essas instituições autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhes o encaminhamento de suas propostas orçamentárias ao Chefe do Poder Executivo, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- II. garante a todas essas instituições autonomia administrativa e funcional, a ser exercida nos termos da lei.
- III. garante a todas essas instituições a iniciativa legislativa privativa para propor ao Poder Legislativo projeto de lei versando sobre a respectiva organização e funcionamento, observadas as normas da Constituição Federal a esse respeito.
- IV. veda ao Poder Executivo realizar ajustes nas propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, ainda que seja para adequá-las aos limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- V. veda aos membros do Ministério Público o exercício da advocacia e aos membros da Defensoria Pública o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I e V.
- d) V.
- e) III e IV.

COMENTÁRIOS

Item I: a garantia de autonomia financeira não foi atribuída à Advocacia Pública. Entretanto, foi conferida ao Poder Judiciário (art. 99, § 1º, da CF), ao Ministério Público (art. 127, § 3º, da CF) e às Defensorias Públicas dos Estados e da União (art. 134, §§ 1º e 3º, da CF).

Item II: a autonomia administrativa e funcional não foi garantida à Advocacia Pública, apesar de ser sido garantida ao Poder Judiciário (art. 99 da CF), ao Ministério Público (art. 127, § 2º) e às Defensorias Públicas dos Estados e da União (art. 134, §§ 2º e 3º).

Item III: além das ressalvas feitas quanto às garantias, já apontadas para os itens I e II, o projeto é encaminhado ao Poder Executivo, e não ao Poder Legislativo.

Item IV: é possível que o Poder Executivo ajuste as propostas orçamentárias para que elas se encaixem ao orçamento anual.

Item V: o item está consoante disposto nos arts. 128, § 5º, inciso II, alínea “b” (Ministério Público) e 134, § 1º (Defensorias Públicas), ambos da CF.

Alternativa correta: letra “d”: apenas o V está correto.

* PROCURADOR DA REPÚBLICA

(MPF – Procurador da República/2006) O Conselho Nacional do Ministério Público:

- I. deve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público;
- II. é presidido pelo Procurador-Geral da República, oficiando perante ele o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- III. pode ter ações contra ele propostas perante o Supremo Tribunal Federal, a que compete processá-las e julgá-las originariamente;
- IV. pode rever, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados.

Analisando-se as assertivas acima, podemos afirmar que:

- a) todas estão corretas;
- b) somente as de números I e II estão corretas;
- c) estão corretas apenas as de números I, II e III;
- d) somente estão corretas as de números II, III e IV.

COMENTÁRIOS

Assertiva “I”: **correta.** Nos termos do art. 130-A, § 2º, I, da CF, o CNMP deve zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

Assertiva “II”: **correta.** O CNMP é presidido pelo Procurador-Geral da República (art. 130-A, I, da CF), oficiando perante ele o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (art. 130-A, § 4º, da CF).

Assertiva “III”: **correta.** O CNMP pode ter ações contra ele propostas perante o Supremo Tribunal Federal, a que compete processá-las e julgá-las originariamente, consoante art. 102, I, “r”, da CF.

Assertiva “IV”: **incorreta.** O CNMP pode rever, de ofício ou por provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados **julgado há menos de um ano** (e não a qualquer tempo), nos termos do art. 130-A, § 2º, IV, da CF.

Alternativa correta: letra “c”

* PROMOTOR DE JUSTIÇA

(MPE – SP – Promotor de Justiça – MPE – SP/2017) A Constituição Federal atribui, de forma expressa e direta, legitimidade ativa para a propositura de ação civil pública para a defesa de interesses difusos, ao Ministério Público,

- (A) assim como às Pessoas Políticas e à Defensoria Pública.
- (B) assegurando-lhe a privatividade de tal iniciativa.
- (C) assim como às Associações Cívis.
- (D) permitindo a instituição de concorrência de iniciativas no âmbito legal.
- (E) assim como às Pessoas Políticas e às Associações Cívis.

COMENTÁRIOS

Alternativa “d” (responde todas as demais alternativas): de acordo com o art. 129, inciso III e § 1º, da CF: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; (...) § 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei”. Nesses moldes, o art. 5º da Lei 7.347/85: “Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: I – o Ministério Público; II – a Defensoria Pública; III – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV – a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; V – a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

Alternativa correta: letra “d”

(MPE – SP – Promotor de Justiça – MPE – SP/2017) O conflito de atribuições entre Órgãos de Execução que integram Ministérios Públicos de Estados diversos será dirimido pelo

- (A) Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Procurador-Geral da República.
- (E) Procurador-Geral de Justiça dos Estados envolvidos, por prevenção.

COMENTÁRIOS

Alternativa “d” (responde todas as demais alternativas): o conflito de atribuições entre órgãos de execução que integram os MPs dos Estados deve ser dirimido pelo **Procurador-Geral da República**, conforme jurisprudência do STF. Desse modo, não cabe ao STF julgar conflitos de atribuição do Ministério Público, porque a questão não é jurisdicional, mas administra-

tiva. Nesse sentido, ver: ACO 924/MG, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 19/05/2016.

Alternativa correta: letra “d”.

(CEFET – Promotor de Justiça – BA/2015) Considere as assertivas abaixo:

- I - Tendo em vista que as atribuições inseridas no artigo 129 da Constituição Federal de 1988 podem atingir interesses fundamentais, é correto concluir que o rol das funções institucionais do Ministério Público é exaustivo.
- II - Cabe, com exclusividade, ao Ministério Público a promoção da ação penal pública.
- III - A relevância jurídica do princípio institucional da indivisibilidade do Ministério Público é tamanha que o seu delineamento é dado pela atual Carta Magna. A aplicação deste princípio permite que integrantes de carreiras distintas possam ser substituídos uns pelos outros.

Pode-se AFIRMAR que:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Somente os itens I e III estão corretos.
- c) Todos os itens estão incorretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Apenas o item III está correto.

COMENTÁRIOS

Item “I”: Está incorreto. Tendo em vista que as atribuições inseridas no artigo 129 da Constituição Federal de 1988 podem atingir interesses fundamentais, é correto concluir que o rol das funções institucionais do Ministério Público **não** é exaustivo. O inciso IX do artigo 129, da CF, dispõe que são funções institucionais do MP exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. Ou seja, o rol de atribuições do MP é aberto, por expressa previsão constitucional.

Item “II”: Está incorreto. Conforme artigo 129, I, da CF, são funções institucionais do MP promover, **privativamente**, a ação penal pública, na forma da lei.

Item “III”: Está incorreto. De fato, o princípio da indivisibilidade do Ministério Público é de suma importância, de modo que foi consagrado na Carta Magna em seu artigo 127, §1º, da CF, que estatui que são princípios institucionais do Ministério Público a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional**. Todavia, a aplicação deste princípio **não** permite que integrantes de **carreiras distintas** possam ser substituídos uns pelos outros. Ou seja, isso ocorre apenas em relação aos membros da mesma carreira. Quanto à noção de indivisibilidade ministerial, aduz Uadi Lammêgo Bulos que “O princípio constitucional da indivisibilidade é corolário da própria ideia de unicidade do Ministério Público; daí que o *Parquet* não pode ser subdividido internamente

em várias outras instituições autônomas e desvinculadas entre si. Por isso, seus membros não se vinculam aos processos nos quais oficiam, podendo ser substituídos uns pelos outros, conforme o que dispuser a lei. O Ministério Público é uno e indivisível, mas apenas na medida em que os seus membros estão submetidos a uma mesma chefia. Essa unidade e indivisibilidade só dizem respeito a cada um dos vários Ministério Públicos que o sistema jurídico brasileiro consagrou” (Curso de Direito Constitucional. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1406).

Alternativa correta: letra “c”: Todos os itens estão incorretos.

(FUNDEP – Promotor de Justiça – MG/2014) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi introduzido em nosso ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004.

Analise as seguintes assertivas sobre sua composição e atribuições:

- I. O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- II. O Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo Procurador-geral da República, e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados officiará junto ao Conselho.
- III. Ao Conselho Nacional do Ministério Público compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- IV. Entre os seus integrantes, estão três membros do Ministério Público dos Estados e três juízes, dois indicados pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- a) I e II;
- b) I e III;
- c) I e IV;
- d) II e IV.

COMENTÁRIOS

Assertiva I: está incorreta. O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do **Senado Federal** (e não do Congresso Nacional), para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Assertiva II: está correta. O Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo Procurador-geral da República, de acordo com o que estabelece o artigo 130-A, I, da CF, e o Presidente do Conselho Federal da

Ordem dos Advogados oficialará junto ao Conselho, conforme infere-se do artigo 130-A, § 4º, da CF.

Assertiva III: está correta. Ao Conselho Nacional do Ministério Público compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano, consoante disposto no artigo 130-A, § 2º, IV, da CF.

Assertiva IV: está incorreta. Entre os seus integrantes, estão três membros do Ministério Público dos Estados (art. 130-A, III, da CF) e **dois** (e não três) juízes, **um** (não dois) indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 130-A, IV, da CF).

Alternativa certa: letra “c”: I e IV.

(FEPESE – Promotor de Justiça – SC/2014) Analise o enunciado da questão abaixo e assinale se ele é falso ou verdadeiro:

- () O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os Membros do Ministério Público que o integram, permitida apenas uma recondução, cumprindo-lhe: a) receber reclamações e denúncias relativas aos membros do Ministério Público; b) exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição parcial; c) requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

COMENTÁRIOS

O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os Membros do Ministério Público que o integram, **vedada a recondução**, cumprindo-lhe: a) receber reclamações e denúncias relativas aos membros do Ministério Público; b) exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição **geral** (e não parcial); c) requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público. Portanto, **é vedada a recondução do Corregedor Nacional**. Sendo que, no âmbito de suas atribuições, dentre outras, cumpre a ele exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição **geral**.

Alternativa correta: “falso”.

(FCC – Promotor de Justiça – PE/2014) Em abril deste ano, foi apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição (PEC), subscrita por 194 dos 513 membros da Casa legislativa, que pretende alterar dispositivos constitucionais referentes às carreiras da magistratura e do Ministério Público, prevendo que, em ambas, o ingresso se dê mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos

Advogados do Brasil, “exigindo-se do bacharel em Direito, cumulativamente, no mínimo, trinta anos de idade e três anos de atividade jurídica, contados após a conclusão do curso de graduação e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação”. Neste caso, referida PEC, se aprovada e promulgada,

- modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso em ambas carreiras, no que se refere à exigência de idade mínima e à explicitação de que o exercício da atividade jurídica se dê após a conclusão do curso.
- padecerá de inconstitucionalidade formal, por não atingir o patamar mínimo de assinaturas exigidas.
- padecerá de inconstitucionalidade formal, por violar iniciativa reservada aos Tribunais superiores e ao Procurador-Geral da República.
- modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso na carreira da magistratura, aumentando de dois para três anos a exigência de exercício de prévia atividade jurídica.
- modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso na carreira do Ministério Público, no que se refere à participação da Ordem dos Advogados do Brasil no concurso respectivo.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso em ambas carreiras (MP e Magistratura), no que se refere à exigência de idade mínima e à explicitação de que o exercício da atividade jurídica se dê após a conclusão do curso. Atualmente, a CF já conta com uma regra quanto ao ingresso nas carreiras da Magistratura, estampada no artigo 93, I, da CF, segundo o qual, o ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação. O artigo 129, § 4º, da CF, estende a regra ao Ministério Público. Desse modo, a PEC em tela, deverá incluir ainda a exigência de idade mínima e à explicitação de que o exercício da atividade jurídica se dê após a conclusão do curso.

Alternativa “b”: não padecerá de inconstitucionalidade formal, pois **atingiu o patamar mínimo de assinaturas exigidas**. Segundo reza o artigo 60, I, da CF, **a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados** ou do Senado Federal. Isso implica dizer que a Constituição poderá ser emendada mediante a proposta de, pelo menos, 171 membros da Câmara dos Deputados (na hipótese dada no enunciado, foram 194 Deputados).

Alternativa “c”: não padecerá de inconstitucionalidade formal, vez que **não viola** iniciativa reservada aos Tribunais superiores e ao Procurador-Geral da República.

Alternativa “d”: modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso em ambas carreiras (MP e Magistratura), no que se refere à exigência de idade mínima e à explicitação de que o exercício da atividade jurídica se dê após a conclusão do curso. Quanto ao tempo de exigência de exercício de prévia atividade jurídica, não haverá alteração, eis que já se exige o mínimo de 03 (três) anos (art. 93, I, da CF).

Alternativa “e”: modificará as regras constitucionais relativas ao ingresso na carreira do Ministério Público e da Magistratura, no que se refere à exigência de idade mínima e à explicitação de que o exercício da atividade jurídica se dê após a conclusão do curso. Quanto à participação da Ordem dos Advogados do Brasil nos concursos respectivos, a exigência já existe, conforme dicção do artigo 93, I, da CF.

Alternativa correta: letra “a”

(Cespe – Promotor de Justiça – AC/2014) De acordo com as normas constitucionais e o entendimento doutrinário e jurisprudencial referentes ao MP, assinale a opção correta.

- compete ao Conselho Nacional do MP o controle da atuação administrativa, financeira e da independência funcional dos membros do MP, competindo-lhe, entre outras atribuições, a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de membros do MPE julgados há menos de um ano.
- cabe ao STF dirimir conflito negativo de atribuições entre o MPF e o MPE, quando não configurado virtual conflito de jurisdição que, por força da CF, seja da competência do STJ.
- desde que previsto em lei estadual, o membro do MPE pode atuar como procurador do MP junto ao tribunal de contas estadual.
- em decorrência do princípio da simetria, é obrigatória a aprovação, pela assembleia legislativa, de indicado pelo governador, em lista tríplice, ao cargo de procurador-geral de justiça.
- por caber privativamente ao procurador-geral da República o exercício das funções do MP junto ao STF, os membros do MPE não podem propor, de forma autônoma, reclamação perante a suprema corte.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: conforme artigo 130-A, § 2º, da CF, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o **controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público** e do **cumprimento dos deveres funcionais de seus membros**. Por sua vez, o inciso I do dispositivo prevê como competência do CNMP **zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público**, podendo expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência, ou recomendar providências. E o inciso IV, dispõe competir também ao CNMP **rever, de ofício ou mediante provocação,**

os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano. Desse modo, compete ao Conselho Nacional do MP o controle da atuação administrativa e financeira, bem como da autonomia funcional do Ministério Público, competindo-lhe, entre outras atribuições, a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de membros do MPU ou MPE julgados há menos de um ano.

Alternativa “b”: de acordo com o posicionamento adotado pelo STF, caberá à Suprema Corte dirimir conflito negativo de atribuições entre o MPF e o MPE, quando não configurado virtual conflito de jurisdição que, por força da CF, seja da competência do STJ. Desse modo, vale destacar trecho do Informativo 403, do STF, em que foi adotado aludido entendimento: **“Compete ao Supremo Tribunal Federal dirimir conflito de atribuições entre os Ministérios Públicos Federal e Estadual, quando não configurado virtual conflito de jurisdição que, por força da interpretação analógica do art. 105, I, d, da CF, seja da competência do Superior Tribunal de Justiça**. Com base nesse entendimento, o Tribunal, resolvendo conflito instaurado entre o MP do Estado da Bahia e o Federal, firmou a competência do primeiro para atuação em inquirito que visa apurar crime de roubo (CP, art. 157, § 2º, I). Considerou-se a orientação fixada pelo Supremo no sentido de ser dele a competência para julgar certa matéria diante da inexistência de previsão específica na Constituição Federal a respeito, e emprestou-se maior alcance à alínea f do inciso I do art. 102 da CF, ante o fato de estarem envolvidos no conflito órgãos da União e de Estado-membro. **Asseverou-se, ademais, a incompetência do Procurador-Geral da República para a solução do conflito, em face da impossibilidade de sua interferência no parquet da unidade federada”** (STF. Pet 3528, julgado em 2005 e relatado pelo Ministro Marco Aurélio).

Alternativa “c”: é entendimento do STF que o membro do MPE não pode atuar como procurador do MP junto ao tribunal de contas estadual. Nesta esteira, segue o entendimento da Suprema Corte: **“1. Impossibilidade de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo atuarem junto à Corte de Contas estadual, em substituição aos membros do Ministério Público especial. 2. Esta Corte entende que somente o Ministério Público especial tem legitimidade para atuar junto aos Tribunais de Contas dos Estados e que a organização e composição dos Tribunais de Contas estaduais estão sujeitas ao modelo jurídico estabelecido pela Constituição do Brasil [artigo 75]. Precedentes. 3. É inconstitucional o texto normativo que prevê a possibilidade de Procuradores de Justiça suprirem a não-existência do Ministério Público especial, de atuação específica no Tribunal de Contas estadual. 4. Pedido julgado procedente, para declarar inconstitucionais o inciso IV do § 1º do artigo 21; o § 2º do artigo 21; o § 2º do artigo 33; a expressão “e ao Tribunal de Contas” constante do artigo 186; e o parágrafo único do artigo 192, todos da Lei Complementar nº 95, de 28 de janeiro de 1997, do Estado do Espírito**

Santo” (STF. ADI 3192/ES, julgada em 2006 e relatada pelo Ministro Eros Grau).

Alternativa “d”: segundo posicionamento do STF, não é obrigatória a aprovação, pela assembleia legislativa, de indicado pelo governador, em lista triplíce, ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, não se aplicando, neste caso, o princípio da simetria. Destaca-se o julgado: “1. A escolha do Procurador-Geral da República deve ser aprovada pelo Senado (CF, artigo 128, § 1º). **A nomeação do Procurador-Geral de Justiça dos Estados não está sujeita à aprovação da Assembleia Legislativa. Compete ao Governador nomeá-lo dentre lista triplíce composta de integrantes da carreira** (CF, artigo 128, § 3º). **Não-aplicação do princípio da simetria.** Precedentes. 2. Dispositivo da Constituição do Estado de Mato Grosso que restringe o alcance do § 3º do artigo 128 da Constituição Federal, ao exigir a aprovação da escolha do Procurador-Geral de Justiça pela Assembleia Legislativa. Ação julgada procedente e declarada a inconstitucionalidade da alínea “c” do inciso XIX do artigo 26 da Constituição do Estado de Mato Grosso” (STF. ADI 452/MT, julgada em 2002 e relatada pelo Ministro Maurício Corrêa).

Alternativa “e”: o entendimento inicial da Ministra Ellen Gracie, quando da relatoria da Reclamação 7358, era de que, por caber privativamente ao Procurador-Geral da República o exercício das funções do MP junto ao STF, os membros do MPE não poderiam propor, de forma autônoma, reclamação perante a suprema corte. No entanto, o entendimento da Ministra relatora foi superado, sendo que o entendimento prevalente foi que os membros do MPE podem propor de forma autônoma reclamação perante a Suprema Corte. Desse modo, destaca-se trecho do julgado: “1. Inicialmente, entendo que o Ministério Público do Estado de São Paulo não possui legitimidade para propor originariamente Reclamação perante esta Corte, já que “incumbe ao Procurador-Geral da República exercer as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 46 da Lei Complementar 75/93” (Rcl 4453 MC-AgR-AgR / SE, de minha relatoria, DJe 059, 26.03.2009). 2. Entretanto, a ilegitimidade ativa foi corrigida pelo Procurador-Geral da República, que ratificou a petição inicial e assumiu a iniciativa da demanda. 3. Entendimento original da relatora foi superado, por maioria de votos, para reconhecer a legitimidade ativa autônoma do Ministério Público Estadual para propor reclamação” (STF. Rcl 7358/SP, julgada em 2011 e relatada pela Ministra Ellen Gracie).

Alternativa correta: letra “b”

* NOTÁRIO E REGISTRADOR

(Consulplan – Cartório – MG - Provimento/2015.1) Quanto às normas constitucionais que regem o poder judiciário e as funções essenciais à justiça é correto afirmar:

- A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando concessiva a decisão.
- B) Os Tribunais de Justiça dos Estados não poderão funcionar descentralizadamente.
- C) O chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
- D) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: compete ao STJ **julgar, em recurso ordinário** (e não originariamente), os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando **dene-gatória** (e não concessiva) a decisão (art. 105, II, b, da CF).

Alternativa “b”: o Tribunal de Justiça **poderá funcionar descentralizadamente**, constituindo Câmaras regionais, **a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo** (art. 125, §6º, da CF).

Alternativa “c”: O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, **permitida a recondução** (e não apenas **uma** recondução). Vale o alerta de que ao Procurador-Geral da República admite-se a recondução (ilimitada). No entanto, no âmbito dos Ministérios Públicos dos Estados, DF e Territórios, a Constituição Federal limita a apenas uma recondução (art. 128, §1º e §3º, da CF).

Alternativa “d”. Nos termos da Constituição, os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução (art. 128, §3º, da CF).

Alternativa correta: letra “d”

* **DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL**

(Cespe – Delegado de Polícia – GO/2017) No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

- A) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- B) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- C) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- D) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- E) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

COMENTÁRIOS

Alternativa “d”: de acordo com a Constituição, são funções essenciais à justiça o Ministério Público (arts. 127 a 130-A da CF), a Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF), a Advocacia (art. 133 da CF) e a Defensoria Pública (arts. 134 e 135 da CF).

Alternativa correta: letra “d”.

* **INVESTIGADOR, ESCRIVÃO, AGENTE E INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL**

(Cespe – Escrivão de Polícia – PC – PE/2016) A respeito das funções institucionais do Ministério Público (MP), assinale a opção correta de acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF).

- A) Como não está inserido na parte da CF que trata da segurança pública, o MP não pode exercer controle sobre a atividade policial.
- B) Indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais, o MP pode requisitar a instauração de inquérito policial.
- C) O rol de funções institucionais do MP previstos na CF é taxativo.
- D) Independentemente do tipo penal, compete exclusivamente ao MP a promoção da ação penal.
- E) O MP pode promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesse meramente individual disponível.

COMENTÁRIOS

🔍 **Nota do Autor:** são funções institucionais do Ministério Público: I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição,

promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Alternativa “a”: o MP exerce o controle sobre a atividade policial, por ser uma de suas funções institucionais (art. 129, VII, CF).

Alternativa “b”: é função institucional estabelecidas do MP requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais (art. 129, VIII, CF).

Alternativa “c”: o rol de funções institucionais do MP é rol exemplificativo (e não taxativo). Segundo inciso IX do art. 129 da CF, é função institucional do MP **exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade**, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Alternativa “d”: é função institucional do MP promover, privativamente, a ação penal **pública**, na forma da lei (art. 129, I, CF). O MP não tem competência de promover qualquer tipo de ação penal, independentemente do tipo penal, vez que não lhe compete exercer ação penal privada (mas apenas ações penais públicas).

Alternativa “e”: dentre as funções institucionais do MP, encontra-se a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros **interesses difusos e coletivos** (art. 129, III, CF). Aliás, institui o art. 127 da CF que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais **indisponíveis**.

Alternativa correta: letra “b”

(Vunesp – Inspetor de Polícia – PC – CE/2015) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- A) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma estabelecida em lei complementar.

- B) Processar e julgar habeas corpus.
- C) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário.
- D) Representar a União, judicial e extrajudicialmente.
- E) Apreciar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.

COMENTÁRIOS

☛ **Nota do Autor:** são funções institucionais do Ministério Público: I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas; VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior; VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; IX – exercer outra funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas (art. 129 da CF).

Alternativa “a”: exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar, é função institucional do MP, nos termos do art. 129, VII, da CF.

Alternativa “b”: o MP não pode **processar e julgar habeas corpus**, pois não é órgão investido de jurisdição. Tal competência pertence ao Poder Judiciário.

Alternativa “c”: trata-se de atribuição do CNJ (e não do MP).

Alternativa “d”: a incumbência de representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabe à Advocacia-Geral da União.

Alternativa “e”: trata-se de competência do STF (e não do MP).

Alternativa correta: letra “a”.

(CESPE – Agente de Polícia – DF/2013) Relativamente ao Poder Judiciário e ao Ministério Público (MP), julgue os itens seguintes.

O MP dispõe de autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira que lhe sejam afetos, observados os condicionantes previstos na lei orçamentária e na lei de diretrizes orçamentárias.

COMENTÁRIOS

Consoante disposição do art. 127, §§ 2.º e 3.º da Constituição Federal, o Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa, cabendo-lhe propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, devendo seguir os parâmetros da Administração Pública em geral, devendo realizar concursos públicos de provas e títulos para estes cargos. Como consequência desta autonomia administrativa do *Parquet* (termo francês, utilizado para ser referir ao Ministério Público), este elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Alternativa correta: “certo”.

(CESPE – Agente de Polícia – DF/2013) O ingresso na carreira da magistratura ocorre mediante concurso público de provas, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade advocatícia.

COMENTÁRIOS

O art. 93, I da Constituição Federal é expresso no sentido de que o ingresso na carreira da magistratura, ocorrerá mediante concurso de **provas e títulos** e não apenas de provas ou apenas de títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, **três anos de atividade jurídica**, que é gênero do qual é espécie atividade advocatícia, podendo os anos de experiência jurídica serem preenchidos com outras carreiras do direito, como, por exemplo, Analista do Tribunal Regional Federal, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

Alternativa correta: “errado”

(Cespe – Investigador de Polícia – BA/2013) No que se refere aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os itens seguintes.

O controle externo da atividade policial civil é função institucional realizada pelo MP estadual.

COMENTÁRIOS

Segundo dispõe o art. 129, VII da CF, se encontra entre uma das funções essenciais do *Parquet* (MP), exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar. Trata-se de item correto.

Alternativa correta: “certo”

(Cespe – Investigador de Polícia – BA/2013) Integrante da polícia civil que praticar infração penal será julgado pelo tribunal de justiça do estado a que esteja vinculado como servidor, visto que possui foro por prerrogativa de função.

COMENTÁRIOS

O integrante da polícia civil que praticar um fato típico, ilícito e culpável (crime) será julgado pelo juízo *a quo*, ou seja, pelo juiz de comarca, pois não possui prerrogativa de foro por função. Trata-se de item incorreto.

Alternativa correta: “errado”

(Cespe – Investigador de Polícia – BA/2013) A possibilidade de determinação da quebra do sigilo bancário e fiscal encontra-se no âmbito dos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito.

COMENTÁRIOS

Segundo a disposição constitucional expressa, que se encontra no art. 58, § 3º da CF, as comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das **autoridades judiciais**, além de outros previstos nos regimentos internos das Casas respectivas. É perfeitamente possível uma CPI determinar a quebra do sigilo bancário e fiscal de um investigado, desde que, cumpra de acordo com os requisitos exigidos em lei. Trata-se de item correto.

Alternativa correta: “certo”

(Cespe – Investigador de Polícia – BA/2013) A sanção presidencial a projeto de lei proposto por deputado federal para regulamentar matéria relacionada a servidores públicos sana o vício de iniciativa do Poder Executivo.

COMENTÁRIOS

Trata-se de hipótese de inconstitucionalidade por vício formal subjetivo, ou seja, irregularidade no momento do processo legislativo e mais precisamente na fase de iniciativa, deflagração deste e a eventual sanção do Presidente da República em matéria privativa deste regulada por outra pessoa que não ele, não suprirá o vício da flagrante inconstitucionalidade. Trata-se de item incorreto.

Alternativa correta: “errado”

(Cespe – Investigador de Polícia – BA/2013) O presidente da República, durante a vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por infrações penais comuns, por crimes de responsabilidade e até mesmo por atos estranhos ao exercício de suas funções.

COMENTÁRIOS

De acordo com o art. 86, § 4º da CF, o Presidente da República, não pode ser responsabilizado por atos

estranhos ao exercício do cargo, enquanto durar a vigência do mandato. Tratando-se de item conflitante com o texto constitucional, está incorreto.

Alternativa correta: “errado”

* EXAME DE ORDEM

(FGV – OAB 2012.1) A respeito dos Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal, é INCORRETO afirmar que

- podem ser destituídos pela Assembleia Legislativa (nos Estados) e pela Câmara Legislativa (no Distrito Federal).
- podem ser reconduzidos somente uma vez.
- devem ser integrantes da carreira e exercem o cargo por mandato de dois anos.
- são nomeados pelo Governador (nos Estados) e pelo Presidente da República (no Distrito Federal).

COMENTÁRIOS

☞ **Nota do autor:** a questão é difícil, e foi objeto de muita discussão quando de sua aplicação, notadamente porque exige conhecimento da Lei Complementar 75/93, fugindo à lógica das perguntas normalmente feitas no Exame da Ordem.

Alternativa “a”: o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal somente poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal (não pela Câmara Legislativa), mediante representação do Presidente da República, nos termos do art. 128, § 4º da CF, c.c. art. 156, § 2º, da Lei Complementar 75/93.

Alternativa “b”: podem ser reconduzidos somente uma vez (art. 128, § 3º, da CF).

Alternativa “c”: devem ser integrantes da carreira e exercem o cargo por mandato de dois anos (art. 128, § 3º, da CF).

Alternativa “d”: são nomeados pelo Governador (nos Estados) e pelo Presidente da República (no Distrito Federal), nos termos do art. 128, § 3º, da CF, c.c. art. 156 da Lei Complementar 75/93.

Alternativa correta: letra “a”

* ANALISTA E TÉCNICO DE TRF E TRE

(FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE-RO/2013) Considere a seguinte situação hipotética: Brena é Procuradora-Geral da República. Tendo em vista graves acusações de atos de improbidade administrativa, o Presidente da República, por sua iniciativa, pretende destituí-la. Neste caso, a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República,

- a) deverá ser precedida de autorização da maioria relativa do Congresso Nacional.
- b) independe de autorização.
- c) deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- d) deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- e) deverá ser precedida de autorização do Supremo Tribunal Federal.

COMENTÁRIOS

☉ **Nota do autor:** apesar de aparentar uma complicada situação-problema, a questão se resolve pela simples redação de um dispositivo constitucional. Fique atento para questões desse tipo. Às vezes, no meio de muitas informações (que tomam tempo para serem interpretadas), poucas são realmente importantes.

Alternativa “d” (responde a todas as alternativas): consoante art. 128, § 2º, da CF, a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Alternativa correta: letra “d”

(Cespe – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE-MS/2013) À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta no tocante ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

- a) Pelo critério do quinto constitucional, promotores de justiça podem ser escolhidos para compor tribunal regional eleitoral (TRE).
- b) Compete à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial da União, bem como a realização de atividades de consultoria e assessoramento jurídico dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) À defensoria pública, que é instituição essencial ao Estado democrático de direito, compete realizar a assistência jurídica integral e gratuita para todos os cidadãos brasileiros independentemente da situação financeira de cada um.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não integra o Poder Judiciário, pois exerce função meramente administrativa.
- e) O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos das populações indígenas.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: os TREs **não têm membros do Ministério Público** em suas composições (art. 120 da CF). Na verdade, nem há aplicação do mecanismo do quinto constitucional.

Alternativa “b”: consoante art. 131, *caput*, da CF, a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico **do Poder Executivo** (mas, não do Legislativo e do Judiciário).

Alternativa “c”: de acordo com o art. 134, *caput*, da CF, à defensoria pública, que é instituição essencial **à função jurisdicional do Estado**, compete realizar a assistência jurídica integral e gratuita para todos os cidadãos brasileiros **necessitados na forma do art. 5º, LXXIV, da CF**.

Alternativa “d”: o Conselho Nacional de Justiça **integra** o Poder Judiciário (art. 92, I-A, da CF).

Alternativa “e”: À luz do art. 129, III e V, da CF, são funções institucionais do Ministério Público, promover a ação civil pública e defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Alternativa correta: letra “e”

* ANALISTA E TÉCNICO DE TRT

(FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 9/2015) Considere as seguintes atividades:

- I. Participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- II. Exercer atividade político partidária.
- III. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.

Aos integrantes do Ministério Público do Trabalho é VEDADO, constitucionalmente, o constante em

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas
- C) I e II, apenas.
- D) II, apenas.
- E) III, apenas.

COMENTÁRIOS

Item “I”: aos membros do MP, a Constituição estabelece as seguintes vedações: a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a advocacia; c) **participar de sociedade comercial, na forma da lei**; d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e) exercer atividade político-partidária; f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei (art. 128, §5º, II, da CF).

Item “II”: aos membros do MP, a Constituição estabelece as seguintes vedações: a) receber, a qualquer

título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a advocacia; c) participar de sociedade comercial, na forma da lei; d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e) **exercer atividade político-partidária**; f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei (art. 128, §5º, II, da CF).

Item “III”: aos membros do MP, a Constituição estabelece as seguintes vedações: a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; b) exercer a advocacia; c) participar de sociedade comercial, na forma da lei; d) **exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério**; e) exercer atividade político-partidária; f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei (art. 128, §5º, II, da CF). Portanto, há permissão constitucional para o exercício do magistério pelos membros do MP.

Alternativa correta: letra “c”: aos integrantes do Ministério Público do Trabalho é VEDADO, constitucionalmente, o constante em I e II, apenas.

(Cespe – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 8/2016) Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A) Incumbe ao Ministério Público, entre outras importantes delegações constitucionais, a defesa do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.
- B) O advogado-geral da União, chefe da AGU, é eleito pelos seus pares para mandato de dois anos não renováveis.
- C) Incumbe ao Ministério Público, por delegação constitucional, representar a União, judicial e extrajudicialmente, defendendo o Estado e a sociedade.
- D) Em execução de dívida ativa de natureza tributária, a União é representada pela Advocacia Geral da União (AGU) ou pelo Ministério Público, nos estados em que não esteja instalada a AGU.
- E) Embora elabore sua própria proposta orçamentária, o Ministério Público não goza de autonomia funcional e administrativa, estando vinculado às instâncias formais do Poder Judiciário.

COMENTÁRIOS

📌 **Nota do autor:** nos termos do art. 131 da CF, a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, **representa a União, judicial e extrajudicialmente**, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as **atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo**. Em síntese, pode-se afirmar que a AGU exerce: 1. a

representação judicial e extrajudicial da União (englobando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário); 2. as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Alternativa “a”: nos termos do art. 127, *caput*, da CF.

Alternativa “b”: o Advogado-Geral da União, chefe da AGU, não é eleito por seus pares. Segundo consta do art. 131, §1º, da CF, a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, **de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos**, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Alternativa “c”: a representação da União, judicial e extrajudicialmente, compete à Advocacia-Geral da União. Segundo prescrito no art. 131 da CF, a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Alternativa “d”: na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei (art. 131, §3º, da CF).

Alternativa “e”: ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento (art. 127, §2º, da CF). O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (art. 127, §3º, da CF).

Alternativa correta: letra “a”

(FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 3/2015) Sobre os órgãos que exercem as chamadas funções essenciais da Justiça é INCORRETO afirmar:

- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- c) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifes-

tações no exercício da profissão, nos limites da lei.

- e) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: conforme art. 127, § 3º, da CF.

Alternativa “b”: nos termos do art. 128, § 2º, da CF, a destituição do Procurador-Geral da República se dará por iniciativa do **Presidente da República** e deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do **Senado Federal**.

Alternativa “c”: reprodução do art. 131, § 1º, da CF.

Alternativa “d”: corresponde ao art. 133, da CF.

Alternativa “e”: trata-se do que dispõe o art. 134, § 4º, da CF.

Alternativa correta: letra “b” (a questão pede a incorreta)

(FCC – Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 16/2014) Xisto, Procurador de Justiça do Estado do Maranhão, é nomeado pelo Presidente da República Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, após ter o seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal. Para ser escolhido Corregedor Nacional, Xisto deverá

- ser eleito, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, vedada a recondução.
- ser eleito, em votação aberta, dentre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, permitida uma recondução.
- necessariamente ser o conselheiro com mais idade integrante do Conselho, com exceção do Procurador-Geral da República, que preside o Conselho Nacional do Ministério Público.
- ser eleito, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que integram o Conselho, permitida uma recondução.
- ser indicado, obrigatoriamente pelo Procurador – Geral da República, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, para posteriormente ser nomeado pelo Presidente da República.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a” (responde a todas as alternativas): esta é a regra disposta no art. 130-A, § 3º, da CF.

Alternativa correta: letra “a”

XI.2. ADVOCACIA PÚBLICA

CF, arts.131 e 132

* DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

(Inst. Acesso – Delegado de Polícia – PC – ES/2019)

A Constituição define dentre as funções essenciais à justiça a existência do Ministério Público, da Advocacia Pública, da Advocacia e da Defensoria Pública.

Seguem-se cinco afirmações sobre os órgãos citados:

- É vedado a seus membros receber, saldo em casos excepcionais, honorários, percentagens ou custas processuais;
- O Advogado Geral da União representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária;
- O advogado é dispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, mesmo que fora dos limites da lei;
- A defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, em todos os graus e apenas no âmbito judicial, incumbe à Defensoria Pública;
- A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Marque a alternativa que contém a(s) afirmativa(s) correta(s) com relação aos órgãos citados do enunciado.

- Quatro delas: II, III, IV e V.
- Quatro delas: I, II, III e IV.
- Apenas a V.
- Apenas a III.
- Apenas a II.

COMENTÁRIOS

Afirmativa I. Incorreta. É totalmente vedado ao membro Ministério Público receber honorários, percentagens ou custas processuais, nos termos do art. 128, II, da CF/88. Não existe tal vedação com relação à Advocacia.

Afirmativa II. Incorreta. Nos termos do art. 131, §3º, da CF/88: “Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União **cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei.”

Afirmativa III. Incorreta. O que estabelece o art. 133 da CF/88 é que: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, **nos limites da lei.**”

Afirmativa IV. Incorreta. Essa defesa se dá não somente no âmbito judicial, como também **extrajudicial**, nos termos do art. 134, *caput* da CF/88.

Afirmativa V. Correta. Trata-se da literalidade do art. 128, §2º da CF/88.

Alternativa correta: letra “c”: está correta apenas a afirmativa V.

* PROCURADOR DO ESTADO

(Cespe – Procurador do Estado – PGE – PE/2018) No que se refere às regras constitucionais aplicáveis à carreira de procurador do estado, assinale a opção correta.

- A) O cargo de procurador do estado não está inserido no rol constitucional de cargos e funções essenciais à justiça.
- B) A atividade profissional do procurador do estado se resume à prestação de consultoria jurídica para a unidade federada na qual esteja em exercício.
- C) A estabilidade é assegurada ao procurador do estado após dois anos de exercício contínuo e ininterrupto de suas funções, preenchidos os demais requisitos legais.
- D) A remuneração do procurador consiste exclusivamente em subsídio fixado em parcela única.
- E) A participação da OAB é obrigatória somente no decorrer da primeira fase do concurso para procurador do estado.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal fazem parte da Advocacia Pública, que consiste em função essencial à justiça. Especificamente a respeito dos Procuradores em questão, é o disposto no art. 132 da CF/88. Assim, incorreta a alternativa.

Alternativa “b”: De acordo com o art. 132 da CF/88, têm os Procuradores dos Estados e Distrito Federal a função de representação judicial além da consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. Portanto, incorreta a alternativa.

Alternativa “c”: O art. 132, parágrafo único da CF/88 estabelece que os procuradores estaduais e distritais têm estabilidade após 3 anos de efetivo exercício. Assim, incorreta a alternativa.

Alternativa “d”: Por previsão do art. 135 da CF/88, aos procuradores estaduais e distritais aplica-se o art. 39, §4º que disciplina a remuneração por subsídio fixado em parcela única. Assim, correta a alternativa.

Alternativa “e”: Conforme dispõe o art. 132 da CF/88, deverá a OAB participar de todas as fases do concurso público de seleção de procuradores estaduais e distritais. Assim, incorreta a alternativa.

Alternativa correta: letra “d”.

* ANALISTA DO MPU

(Cespe – Analista do MPU – Direito – MPU/2018) No que concerne aos membros da Defensoria Pública, julgue os itens subsequentes.

Aos advogados públicos serão concedidos vencimentos fixos, acrescidos ou não de gratificação.

COMENTÁRIOS

De acordo com o art. 135, CF/88, advogados públicos e defensores públicos recebem na forma do art. 39, §4º, ou seja, na forma de subsídio, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Alternativa correta: “errado”

* ADVOGADO DA UNIÃO

(Cespe – Advogado da União – AGU/2015) Acerca de aspectos diversos relacionados à atuação e às competências dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do presidente da República e da AGU, julgue os itens a seguir.

Caso um processo contra o presidente da República pela prática de crime de responsabilidade fosse instaurado pelo Senado Federal, não seria permitido o exercício do direito de defesa pelo presidente da República no âmbito da Câmara dos Deputados.

COMENTÁRIOS

🔗 **Nota do Autor:** tendo em vista o recente cenário político brasileiro, vale atenção especial ao tema responsabilidade do Presidente da República.

Ainda que tenha sido instaurado pelo Senado Federal, deve ser oportunizada a defesa do Chefe do Executivo perante a Câmara dos Deputados. O STF já se pronunciou no sentido que **o processo por crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República (Impeachment) implica em considerá-lo como acusado e, por isso, deve se desenvolver sob o manto do devido processo legal** (due process of Law), com todas as garantias a ele inerentes, sob pena de nulidade do procedimento (MS 21.623. Rel. Carlos Velloso. J. 17.12.1992). Nesse mesmo sentido, Dirley da Cunha Júnior: “[...] devem ser asseguradas ao Presidente da República as garantias constitucionais, em especial o contraditório e a ampla defesa” (Curso de Direito Constitucional. 6 ed. Salvador: Juspodivm, 2012, p. 1.104).

Alternativa correta: “errado”

(Cespe – Advogado da União – AGU/2015) Conforme entendimento do STF, compete à justiça federal processar e julgar o crime de redução à condição análoga à de escravo, por ser este um crime contra a organização do trabalho, se for praticado no contexto das relações de trabalho.

COMENTÁRIOS

De acordo com o art. 109, VI, da CF, aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira. Com base nisso, o entendimento do STF é que a competência para processar e julgar o crime de redução à condição análoga à de escravo é da justiça federal. Nesses termos: STF. RE 459510, julgado em 2015 e relatado pelo Ministro Dias Toffoli.

Alternativa correta: “certo”

(Cespe – Advogado da União – AGU/2015) Compete à AGU a representação judicial e extrajudicial da União, sendo que o poder de representação do ente federativo central pelo advogado da União decorre da lei e, portanto, dispensa o mandato.

COMENTÁRIOS

A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131 da CF). O poder de representação do ente federativo central pelo advogado da União decorre da lei e, portanto, dispensa o mandato. Vale mencionar o disposto no art. 287, parágrafo único, III, do novo CPC, que dispõe que dispensa-se a juntada da procuração se a representação decorrer diretamente de norma prevista na Constituição Federal ou em lei.

Alternativa correta: “certo”

(Cespe – Advogado da União – AGU/2015) Caso uma lei de iniciativa parlamentar afaste os efeitos de sanções disciplinares aplicadas a servidores públicos que participarem de movimento reivindicatório, tal norma padecerá de vício de iniciativa por estar essa matéria no âmbito da reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

COMENTÁRIOS

É o que prescreve a jurisprudência do STF: “2. Segundo consistente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Assembleias Legislativas Estaduais possuem competência para deliberar sobre anistia administrativa de servidores estaduais. Contudo, não cabe a essas Casas Legislativas iniciar a deliberação de processos legislativos com esse objetivo, pois estão elas sub-

metidas às normas processuais de reserva de iniciativa inscritas na Constituição Federal, por imposição do princípio da simetria. Precedentes. 3. **Ao determinar a abolição dos efeitos das sanções disciplinares aplicadas a servidores estaduais por participação em movimentos reivindicatórios, o art. 1º da Lei 10.076/96 desfez consequências jurídicas de atos administrativos praticados com base no regime funcional dos servidores estaduais e, com isso, incursionou em domínio temático cuja iniciativa de lei é reservada ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, II, § 1º, “c”, da CF.** 4. O sistema de repartição de poderes traçado na Constituição Federal não admite que um ato de sancionamento disciplinar, exercido dentro dos parâmetros de juridicidade contidos nos estatutos funcionais civis e militares, venha a ser reformado por um juízo de mera conveniência política emanado do Poder Legislativo.” (ADI 1440, julgada em 2014 e relatada pelo Ministro Teori Zavascki).

Alternativa correta: “certo”

(Cespe – Advogado da União – AGU/2015) O veto do presidente da República a um projeto de lei ordinária insere-se no âmbito do processo legislativo, e as razões para o veto podem ser objeto de controle pelo Poder Judiciário.

COMENTÁRIOS

As razões para o veto **não** podem ser objeto de controle pelo Poder Judiciário. Cumpre destacar: “7. Na espécie, a inicial aponta como descumprido, por ato do Poder Executivo municipal do Rio de Janeiro, o preceito fundamental da “separação de poderes”, previsto no art. 2º da Lei Magna da República de 1988. O ato do indicado Poder Executivo municipal é veto apostado a dispositivo constante de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, relativo ao IPTU. 8. No processo legislativo, o ato de vetar, por motivo de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público, e a deliberação legislativa de manter ou recusar o veto, qualquer seja o motivo desse juízo, compõem procedimentos que se hão de reservar à esfera de independência dos Poderes Políticos em apreço. 9. Não é, assim, enquadrável, em princípio, o veto, devidamente fundamentado, pendente de deliberação política do Poder Legislativo – que pode, sempre, mantê-lo ou recusá-lo, – no conceito de “ato do Poder Público”, para os fins do art. 1º, da Lei nº 9882/1999. Impossibilidade de intervenção antecipada do Judiciário, – eis que o projeto de lei, na parte vetada, não é lei, nem ato normativo, – poder que a ordem jurídica, na espécie, não confere ao Supremo Tribunal Federal, em via de controle concentrado. 10. Arguição de descumprimento de preceito fundamental não conhecida, porque não admissível, no caso concreto, em face da natureza do ato do Poder Público impugnado” (STF. ADPF 1 QO, julgada em 2000 e relatada pelo Ministro Néri da Silveira).

Alternativa correta: “errado”

(Cespe – Advogado da União – AGU/2015) No ordenamento jurídico brasileiro, admitem-se a autorização de referendo e a convocação de plebiscito por meio de medida provisória.

COMENTÁRIOS

No ordenamento jurídico brasileiro, não se admite a autorização de referendo e a convocação de plebiscito por meio de medida provisória. Ademais, consoante consta da Carta Maior (art. 49, XV), é da **competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o referendo e convocar o plebiscito**.

Alternativa correta: “errado”

* PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

(ESAF – Procurador da Fazenda Nacional/2012) Sobre a organização constitucional da Advocacia-Geral da União, é correto afirmar que

- a) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União extrajudicialmente, cabendo – lhe, nos termos da lei, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- b) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- c) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) o ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á, salvo no caso de reaproveitamento de advogados integrantes dos quadros funcionais de autarquias ou fundações extintas, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- e) a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa judicialmente a União perante o Supremo Tribunal Federal, salvo na matéria tributária onde esta representação cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União **judicial e extrajudicialmente**, cabendo – lhe, nos termos da lei **complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento**, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder **Executivo** (não Legislativo), tudo de acordo com o art. 131, *caput*, da CF.

Alternativa “b”: trata-se da norma insculpida no art. 131, § 3º, da CF.

Alternativa “c”: a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, **independentemente de aprovação pelo Senado Federal** (art. 131, § 1º, da CF).

Alternativa “d”: o ingresso nas classes iniciais das carreiras da Advocacia-Geral da União far-se-á **mediante concurso público de provas ou de provas e títulos**, não havendo exceção constitucional relativa ao reaproveitamento de advogados integrantes dos quadros funcionais de autarquias ou fundações extintas (art. 131, § 2º, da CF).

Alternativa “e”: a Advocacia-Geral da União é a instituição que diretamente ou através de órgão vinculado, **representa a União, judicial e extrajudicialmente**, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131, *caput*, da CF). Em especial, **na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei (art. 131, § 3º, da CF).

Alternativa correta: letra “b”

* PROCURADOR DO BANCO CENTRAL

(FCC – Procurador BACEN/2006) No tocante à Advocacia-Geral da União, a Constituição Federal vigente determina que

- a) o Advogado-Geral da União é livremente nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira da advocacia pública.
- b) a representação judicial e extrajudicial da União é incumbência exclusiva e direta da Advocacia-Geral da União, vedada a representação através de órgão vinculado.
- c) o Advogado-Geral da União deve ser maior de trinta anos e não ter idade superior a sessenta e cinco anos, além de possuir notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) a representação da União, na execução da dívida ativa de natureza tributária, cabe à Procuradoria da República, observado o disposto em lei.
- e) as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo são atribuições da Advocacia-Geral da União, nos termos da lei complementar que a organizar.

COMENTÁRIOS

Alternativa “a”: o Advogado-Geral da União é livremente nomeado pelo Presidente da República